

As práticas de sondagem sob a ótica de E. Ferreiro e A. Teberosky presente na obra *Psicogênese da Língua Escrita*

Resumo: O texto tem como objetivo visitar a obra *Psicogênese da Língua Escrita* (1999), de E. Ferreiro e A. Teberosky, com vistas a esclarecer os processos que envolvem a aquisição da leitura e da escrita e, especificamente, a prática da sondagem, que é uma ação promovida pelos professores alfabetizadores nos anos iniciais do Ciclo I. Para tal, verificaram-se no campo acadêmico as pesquisas relacionadas à obra e a relevância das práticas de sondagem no ambiente escolar, no ciclo de alfabetização. As contribuições do texto visam a reconhecer o estado da obra nas pesquisas acadêmicas das últimas décadas, bem como salientar pontos que destacam a importância da prática da sondagem.

Palavras-chave: E. Ferreiro; A. Teberosky; leitura e escrita; sondagem; alfabetização.

Considerações Iniciais

O presente estudo iniciou-se com uma questão que todos os professores alfabetizadores deveriam fazer a si mesmos quando começam o trabalho pedagógico junto aos estudantes do Primeiro Ciclo de Aprendizagem – Fundamental I: o que os alunos já sabem sobre a língua escrita e como fazê-los avançar?

O processo de aquisição da língua escrita envolve múltiplos fatores, os quais não se encontram muito bem esclarecidos nos materiais didáticos e documentos norteadores, quando se parte do fato de que a sala de aula é um espaço heterogêneo e multicultural, no qual os alunos manifestam diferentes habilidades e trazem bagagens singulares para a aprendizagem da lectoescrita (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

A experiência pessoal de uma das autoras desse texto como educadora do ensino público básico, e também da sua expectativa de encontrar respostas para o que fazer diante de universos tão complexos e heterogêneos como o

são os ambientes de aprendizagem escolar, sobretudo para aqueles que mais precisam da atenção do professor no início de seu percurso, motivou-a a pesquisar para a redação do artigo, que visa a discorrer sobre a prática da sondagem, baseando-se na proposta de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), na obra *Psicogênese da Língua Escrita*.

Pretendeu-se revisitar as práticas de sondagem, extraídas da obra, com vistas a esmiuçar suas especificidades, no sentido de esclarecer os processos mentais que ocorrem nos estudantes, durante a aquisição da lectoescrita, segundo as autoras. Para tanto, discorre-se, sucintamente, sobre a obra *Psicogênese da Língua escrita* (1999). Além disso, para expandir a compreensão do conceito, buscou-se quantificar os artigos disponíveis na internet que discorrem sobre o conceito de sondagem e que tenham sido publicados entre os anos 2006 e 2021 e apresentar suas contribuições ao estudo. Essas propostas são tratadas a seguir.

Busca-se contribuir com a problemática da alfabetização posto que o interesse fundamental deste trabalho é apresentar um esclarecimento a respeito das atividades de sondagem, de forma a levantar os pontos fortes da sua proposição que colaboraram para que se tornasse uma prática pedagógica efetiva em muitos sistemas de ensino.

Sabe-se que caudalosos rios de tintas e vicejantes florestas de papéis já foram utilizados para reforçar a importância da escolarização, da igualdade de oportunidades e da aquisição das habilidades elementares da lectoescrita, na idade apropriada, para todos (SÃO PAULO, 2018). Inclusive em âmbitos internacionais, há a preocupação em assegurar-se o direito à Educação em seu mais elevado aspecto – visando ao desenvolvimento integral do indivíduo – e constitui-se como o mais sólido argumento utilizado pela UNESCO (1990) – difundido para disseminar a ideia de que somente com uma Educação de qualidade, dialógica e respeitosa – do ponto de vista da diversidade social, cultural e econômica - é possível modificar as estruturas sociais e desenvolver o pensamento crítico.

No ano de 1990, a própria UNESCO redigiu uma Declaração Mundial Sobre Educação para Todos, reforçando a ideia de que atentar às

necessidades básicas de aprendizagem, como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo e a solução de problemas - quanto aos conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos científicos, habilidades artísticas, linguísticas, esportivas, além de valores e atitudes), são condições imprescindíveis para que os seres humanos possam sobreviver dignamente, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com qualidade, participar plenamente das decisões sociais, melhorar a própria condição de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (UNESCO, 1990).

Para a UNESCO (1990), o progresso humano é totalmente dependente do acesso à educação básica e à concentrada atenção na aprendizagem dos estudantes, por parte dos seus professores. Baseado nas premissas do documento, o Brasil promulgou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), no ano de 1996, com a qual estabeleceu, detalhadamente, os aspectos qualitativos e quantitativos das práticas pedagógicas brasileiras, reforçando a ideia da obrigatoriedade dos estudos e da avaliação da aprendizagem dos estudantes.

Avaliar a aprendizagem dos estudantes, na perspectiva de uma avaliação formativa, significa acompanhar os processos de ensino e de aprendizagem, realizando os ajustes necessários ao planejado, visando a atender suas necessidades reais (SÃO PAULO, 2018). Nesse sentido, a prática da sondagem destaca-se como um recurso importante, sobre a qual falaremos a seguir.

Extraído dos estudos e publicações das autoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), o conceito e a prática da sondagem constitui-se como ponto de partida, nos anos iniciais da Educação Básica, para que os professores reconheçam os saberes já trazidos pelos sujeitos.

A sondagem é um importante recurso, em especial no Ciclo de Alfabetização, fase em que a criança se apropria e consolida sua aprendizagem a respeito do Sistema de Escrita Alfabético (SEA); realizar sondagens permite ao professor acompanhar os avanços cognitivos e conhecer o que os estudantes já sabem em relação à aquisição da base

alfabética, para poder intervir de forma mais ajustada e promover a evolução do aprendizado da lectoescrita dos estudantes.

Para as autoras (1999), avaliar o desempenho dos estudantes no processo de aquisição da linguagem escrita supõe estabelecer critérios que considerem os saberes envolvidos, incluindo-se o que sabe o professor a respeito de seus alunos e o que os alunos já sabem sobre a língua escrita:

em termos práticos, isto significa que o ponto de partida de toda a aprendizagem é o próprio sujeito e não o conteúdo a ser estudado (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p. 32)

Apontamentos trazidos da obra “Psicogênese da Língua Escrita”

O processo de sondagem alfabética utilizado nas redes públicas e privadas, do Ensino Fundamental I, parte dos pressupostos detalhadamente explanados pelas autoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, publicados na obra supracitada. A obra é o alicerce das políticas públicas brasileiras que enfatizam, em resoluções jurídicas, que os professores devem avaliar os sujeitos da aprendizagem, tal qual as autoras, a fim de compreenderem o caminho processual que os estudantes desse ciclo percorrem, ao aprenderem a lectoescrita (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

A obra (1999) tem como principal característica oferecer uma compreensão do processo, mas do ponto de vista do sujeito que aprende.

Ferreiro e Teberosky (1999) iniciam o texto enfatizando que a UNESCO não considera o alto número de analfabetos espalhados pelo mundo um problema de ordem financeira dos países, em especial porque um único bombardeio em uma guerra, com os equipamentos e os soldados envolvidos, custa o mesmo que o salário de 250 mil professores alfabetizadores. As autoras argumentam que, se há recursos para um único ataque bélico, há dinheiro para investir-se na Educação das crianças.

As autoras também se utilizam do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), para argumentar em favor da atenção que os países devem ter à causa da alfabetização, tendo em vista que o documento deixa absolutamente claro o Direito à Educação como sendo uma ação obrigatória

dos signatários do documento, em especial a oferta de Educação Elementar e do Ensino Fundamental (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

Ferreiro e Teberosky (1999) discorrem nas primeiras páginas que, tradicionalmente, o problema do fracasso escolar, do analfabetismo e da deserção aos estudos é tratado como um problema do método utilizado pelas instituições de ensino (método sintético, analítico, misto, fonético e associacionista).

Para elas (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999), o processo de aprendizado da lectoescrita não ocorre de forma passiva, como os métodos acima mencionados buscam apresentar, mas sim em um movimento em que a própria criança, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e inventa sua própria gramática. Na obra, as autoras enfatizam que a criança reconstrói, por si mesma, a linguagem, tomando seletivamente a informação que lhe oferecem do meio em que está exposta.

Segundo as autoras,

(...) sabemos que a criança que chega à escola tem um notável conhecimento de sua língua materna, um saber linguístico que utiliza “sem saber” (inconscientemente) nos seus atos de comunicação cotidianos (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999, p. 27).

Encontra-se na obra uma discussão sobre a concepção da aquisição da lectoescrita (entendida como um processo de obtenção de conhecimento), esclarecendo-se que existem processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos (processos que passam “através” dos métodos). O método utilizado para a alfabetização das crianças (enquanto ação específica do meio), segundo as autoras, pode ajudar ou frear, facilitar ou dificultar; porém, não tem o poder de criar a aprendizagem. Para elas, a aquisição do conhecimento é um resultado da própria atividade do indivíduo (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

A obra parte de entrevistas feitas a 30 crianças que estavam, naquele momento, no Ensino Fundamental I, e que tinham participado (ou não), do

curso pré-escolar. O perfil socioeconômico delas também era variado, havendo crianças das classes alta, média e baixa (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

O primeiro capítulo do livro oferece uma justificativa para a sua existência, bem como a apresentação dos envolvidos (os sujeitos) e como as autoras pretenderam analisar a aquisição da lectoescrita, por parte dessas crianças (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

Já no segundo capítulo, Ferreiro e Teberosky (1999) apresentam as primeiras atividades que ofereceram às crianças entrevistadas (cartões escritos com palavras de número variável de caracteres), com os quais as crianças responderiam se aquele tipo de escrita serviria ou não para ler. As autoras apresentaram cartões com palavras escritas com caracteres repetidos, ou formadas por apenas um caractere, ou palavras dicionarizadas.

No terceiro capítulo, as autoras se dedicaram a analisar se as crianças entrevistadas eram capazes de estabelecer uma distinção entre o universo gráfico próprio do desenho representativo e o universo gráfico próprio da escrita. Segundo as autoras, a maioria daquelas crianças conseguiu fazer uma distinção entre texto e desenho, indicando que o desenho servia para “olhar”, enquanto que o texto era para ser lido (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

No quarto capítulo, as autoras ofereceram enunciados aos sujeitos entrevistados, observando se conseguiam ou não apontar as palavras por elas lidas nos cartões, onde haviam sido escritos enunciados. Foram analisadas suas capacidades de encontrar artigos, pronomes, adjetivos, sinais de pontuação, verbos, etc. Compreenderam que, para aqueles sujeitos, naquela faixa etária (6 e 7 anos), a escrita não é entendida como uma reprodução rigorosa de um texto oral, mas sim como a representação de alguns elementos essenciais do texto oral. Para essas crianças, nem tudo o que era dito, na leitura dos enunciados, estava escrito (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

No quinto capítulo, discutem os atos de leitura, ou seja, como as crianças entrevistadas percebiam a prática da leitura dirigida especialmente a elas e como interpretam as ações que envolvem o ler (desde o fato do adulto pegar algo de onde se pronunciará os textos orais: jornais, revistas, livros), até a postura que estes adotam corporalmente (fixação do olhar no material

escrito, folheamento de páginas) e o que cada gênero de texto é capaz de informar (jornais tratar de esportes, notícias sobre o tempo, crimes; livros literários tratarem de narrativas, com personagens e ações, etc), e também a distinção entre a modalidade oral e escrita da língua (em que as crianças foram levadas a observar a diferença entre as palavras que aparecem na linguagem oral e não na escrita, e vice-versa) (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

No sexto capítulo as autoras analisam a evolução da escrita das crianças, desde as garatujas, ou antes ainda, as tentativas de traços ondulatórios e os riscos verticais que elas produzem, a partir dos 2 anos de idade. As autoras se propõem a identificar, nesse capítulo, qual é o tipo de imitação que as crianças são capazes de reproduzir, a partir de diferentes idades, podendo partir-se de traços, desenhos, tentativas de reproduzir letras e números à cópias de palavras já memorizadas. As crianças são divididas em níveis, sendo as pertencentes ao nível 1 aquelas que somente desenham o elemento principal do enunciado lido; ao nível 2 aquelas que procuram colocar no papel os grafismos variados já aprendidos através do alfabeto e do sistema numérico; ao nível 3 às crianças que colocam um valor sonoro a cada uma das letras que escreveu no papel. É neste capítulo que as autoras explanam sobre a “hipótese silábica”, bastante utilizada nas sondagens, para identificar a bagagem dos estudantes, ainda hoje (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

Para Ferreiro e Teberosky (1999), a “hipótese silábica” constitui-se da escrita reproduzida pela criança, em que cada uma das letras colocadas no papel corresponderia a um som da palavra que a criança tenta reproduzir.

As crianças localizadas no nível 4 são aquelas que já passaram à “hipótese alfabética”, ou seja, são as crianças que colocam critérios para a escrita das palavras propostas, critérios que seriam: tentativa de correspondência entre a palavra a quantidade de letras que esta deve ter para escrevê-la; tentativa de correspondência fonética e fonológica entre as letras da palavra escrita; iniciativa de fazer equivalências sonoras entre vogais e consoantes. No nível 5, estão as crianças que as autoras denominaram em “escrita alfabética”: capazes de entender que cada um dos caracteres da escrita corresponde a um som e que escrevem os fonemas discriminados (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

No sétimo capítulo do livro as autoras tratam do aspecto ideológico do aprendizado da leitura e escrita, abordam o fato de que os dialetos são ignorados, no aprendizado baseado em métodos, e que, do ponto de vista linguístico, a escola denomina como “cultura” a linguagem que ensina, e deprecia, inferioriza e despreza as variedades que as crianças trazem como bagagem (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

O último capítulo do livro traz as conclusões feitas pelas autoras, sucintamente revisitando o que analisaram nos capítulos anteriores: a distinção que, aos poucos, as crianças vão fazendo entre imagem e texto; as considerações que vão sendo capazes de atribuir às propriedades dos enunciados; o entendimento da variação dos caracteres para formar palavras; a distinção entre ler e olhar um papel; a hipótese silábica e a hipótese alfabética. Nas últimas páginas as autoras oferecem dezenas de orientações pedagógicas aos professores, reiterando a importância de colocar a criança como o centro da aprendizagem, e não os métodos (FERREIRO, TEBEROSKY; 1999).

A relevância da sondagem nas publicações acadêmicas

Os primeiros 50 (cinquenta) artigos, teses e dissertações que dialogavam com o tema deste trabalho e com a obra de Ferreiro e Teberosky (1999) geraram uma inquietação pois, através da leitura de seus resumos, não foi possível identificar que discorressem sobre as práticas profissionais, a partir das teorias propostas pelas autoras.

Isso norteou duas hipóteses: a primeira, de que as instituições promovem a prática da sondagem apenas como uma burocracia pedagógica, e não como uma efetiva atividade de investigação e futura intervenção. A segunda hipótese, de que o tema da sondagem no trabalho dos professores alfabetizadores é pouco explorado na pesquisa sobre suas práticas, e cogitamos se seriam decorrentes de questões burocráticas que envolvem os aspectos típicos na coleta de dados e trabalhos de campo. No entanto, apenas a leitura dos resumos não permite afirmar muita coisa, e isso certamente poderia recair sobre outros fatos não cogitados aqui. Apesar disso, dado

que o interesse era predominante pesquisar a presença de um tratamento específico às práticas de sondagem, não reveladas nos resumos desses textos, eles foram descartados.

Os estudos que aqui serão apresentados, em relação à temática da sondagem, foram desenvolvidos por meio de revisão bibliográfica. Para além da leitura e análise do principal referencial teórico - o livro das autoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999) – foi realizada uma busca por artigos científicos na base de dados *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, na página da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) e no Google Acadêmico, entre os anos de 2006 e 2021, que discorressem sobre sondagem. Os descritores utilizados foram: “processo inicial alfabetização”, com e sem aspas e “métodos alfabetizadores”, com ou sem aspas. Durante a busca, foi necessário modificar os descritores, tendo em vista que o primeiro descritor acima mencionado não gerou nenhum resultado, na base de dados SciELO. Após essa verificação, foi aberta a página da ANPED e inseridas as mesmas informações para o levantamento de artigos. Também não foram encontrados artigos. Na base de dados Google Acadêmico verificou-se resultados, apresentados a seguir.

O primeiro artigo, obtido através do descritor “processo inicial alfabetização”, com aspas, propiciou o conhecimento de outros artigos relacionados à temática e levantados nas referências bibliográficas deste primeiro. Essas referências bibliográficas contribuíram para a proposta do segundo descritor utilizado: “métodos alfabetizadores”.

Foram considerados adequados para o levantamento bibliográfico os artigos que estavam fundamentados na obra citada acima, que explanassem sobre os conceitos organizados pelas autoras (1999) e que tinham sido publicados em revistas de maior conceito Qualis.

Neste momento, não foram considerados relevantes para a produção deste trabalho os artigos que discorressem desfavoravelmente sobre a prática da sondagem, mesmo que estes materiais estivessem bem embasados e que suas análises fossem propositivas de outros caminhos didáticos para a prática

da alfabetização, uma vez que a proposta deste artigo não é problematizar as atividades de sondagem.

Numa seleção feita após a leitura na íntegra dos artigos localizados, destacaram-se 7 (sete) de um total de 50 (cinquenta), os quais foram selecionados por explanarem o conceito de sondagem e realizarem uma análise de algumas práticas de professores alfabetizadores que adotam as proposições descritas em *Psicogênese da Língua Escrita* (1999) e se apoiam nas teorias psicogenéticas da aquisição da linguagem.

Segundo o “*Documento orientador para a sondagem de Língua Portuguesa: Ciclo de Alfabetização: Ensino Fundamental*” (SÃO PAULO, 2018) todos os professores alfabetizadores sabem que, seja qual for a sala, irá se deparar com a necessidade da prática da sondagem. Para estes profissionais, essa atividade é uma ação fundamental no ciclo de alfabetização, desde que ela seja bem feita. Uma avaliação equivocada, que interprete de forma equivocada a compreensão dos estudantes, pode gerar um planejamento muito aquém das reais potencialidades da turma.

Neste documento (2018), sondar é uma das atividades avaliativas mais imprescindíveis do ambiente escolar, a qual deve carregar em si mesma o caráter formativo e propositivo de se conhecer o estado das coisas. Avaliar o aprendizado dos estudantes significa acompanhar as ações de ensino e de aprendizagem, promovendo os ajustes necessários ao que já havia sido planejado, para atender as necessidades específicas de cada sujeito. Nesse sentido, para o autor, a sondagem é um recurso imprescindível, em se tratando do Ciclo de Alfabetização, momento em que os sujeitos se apropriam e consolidam seus saberes a respeito do Sistema de Escrita Alfabética. Promover as sondagens permite ao educador acompanhar os avanços e reconhecer o que os estudantes sabem sobre a base alfabética, para poder, o educador, interferir de forma mais eficiente nas situações didáticas que envolvem a reflexão sobre o aprendizado da lectoescrita (SÃO PAULO, 2018).

Longe da caligrafia e da ortografia, quando um estudante se inicia no ato do aprendizado da leitura e da escrita, produz traços visíveis sobre o papel, mas, além disso, e fundamentalmente, põe em jogo suas hipóteses acerca do

próprio significado da representação gráfica. A partir dos 4 anos de idade começa-se a estabelecer uma distinção muito importante entre o universo gráfico próprio do desenho representativo e o universo gráfico próprio da escrita (SÃO PAULO, 2018). Para Ferreiro e Teberosky (1999), nessa faixa etária, a criança sabe bem que onde se pode ler é onde existem letras, mas a imagem também serve para ler como elemento de apoio, impossível de ser excluída.

As propostas que os professores alfabetizadores devem fazer em determinados tempos do ciclo escolar deveriam visar a sondar os processos cognitivos com que os estudantes operam, quando leem e escrevem (SÃO PAULO, 2018).

Uma vez que a sondagem sirva apenas para situar tipos de escrita em categorias predefinidas, enquadrando todas as especificidades do modo de compreender de cada um, não teria um caráter formativo, pois não traria ao profissional os recursos que ele necessita para lecionar melhor. Por isso, segundo o autor, o foco da sondagem não deve ser a escrita em si, mas sim uma análise e reflexão sobre a hipótese que a produziu, o processo que levou cada criança a produzir singularmente e, do seu ponto de vista e da sua experiência, dizer o que pensa sobre como se escreve. Para o autor, a sondagem não é uma atividade localizada, mas sim um processo longo que envolve diferentes atividades do educador: planejar, propor, escutar, registrar, analisar e, só depois disso, replanejar todo o seu trabalho (SÃO PAULO, 2018).

Em suas considerações finais, o autor admite que, se estiver bem orientado e se o educador for ciente do papel da sondagem e de como proceder para obter dados confiáveis, poderá deliberar, tomar decisões didáticas e replanejar a continuação do seu trabalho, considerando a sondagem de toda a classe, problematizando as propostas com base nas interpretações das escritas das crianças e montando estratégias de agrupamentos produtivos, por exemplo, para avançar os conhecimentos dos alunos (SÃO PAULO, 2018).

Segundo o artigo “*Comparação de Duas Experiências de Sondagens na Alfabetização: Brasil e Alemanha*”, publicado pela Revista Educação - Teorias e

Práticas (RIOLFI et al, 2010), a proposição das sondagens, com a intencionalidade de diagnosticar os conhecimentos a respeito da lectoescrita que os sujeitos já trazem consigo, ao ingressarem no Ensino Fundamental I, bem como durante o processo de alfabetização, tem se tornado uma ação perene, inclusive em níveis internacionais.

Para os autores, a sondagem é definida como uma ação de escrita que envolve a execução espontânea e sem apoio de fontes externas, de uma lista de vocábulos já conhecidos dos estudantes. Em sua execução, a sondagem pode ou não envolver a escrita de enunciados. Estes autores entendem que, através dessas práticas, o educador poderá analisar se os seus alunos estabelecem ou não relações entre a fala e a escrita (RIOLFI et al, 2010).

Também consideram que a inserção da sondagem como prática escolar tem apontado para a urgência de se pensar nas condições que os educadores possuem para compreender e registrar o que os sujeitos fazem, como resultados da prática escolar. Para os autores, registrar e compreender o estado de elaboração dos estudantes é fundamental, até mesmo para poder se discutir com outros professores as melhores alternativas metodológicas para cada aprendiz (RIOLFI et al., 2010).

Segundo o artigo *“Escala de sondagem do desenvolvimento neuropsicomotor e de habilidades acadêmicas para o Ensino Fundamental I: percepção de professores”*, publicado na revista *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais* (JULIÃO; PIZA; MELLO, 2021), a promoção de uma educação igualitária demanda, necessariamente, práticas pedagógicas inclusivas e atividades avaliativas de aprendizagem que considerem as diversidades existentes entre os sujeitos do aprendizado. Os autores citam que a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” propõe que as atividades de sondagem possuam um caráter formativo, no sentido de favorecer o pleno desenvolvimento dos estudantes. Esta mesma legislação estabelece como critério de acompanhamento do rendimento dos estudantes a avaliação contínua e cumulativa de seus desempenhos, devendo-se observar os aspectos qualitativos em relação aos quantitativos (BRASIL, 1996).

Para os autores (JULIÃO; PIZA; MELLO, 2021), sempre deve haver uma avaliação de sondagem, para o planejamento do professor, pois assim, torna-se possível fomentar uma intervenção pedagógica com atividades didáticas adequadas, considerando-se as necessidades e os desafios individuais destacados nos registros de sondagem, os quais levem o professor a refletir sobre a sua prática pedagógica.

A esse respeito, os autores afirmam que um maior conhecimento, por parte dos educadores, sobre o processo de aquisição da lectoescrita e suas particularidades, poderia auxiliar numa melhor compreensão dos registros das crianças, permitindo, com isso, que seus professores realizem mediações adequadas e interfiram da melhor forma em suas aprendizagens. Adicionalmente, ao identificar sinais de atraso no aprendizado, os educadores poderiam aprimorar condições para o ensino-aprendizado e, assim, ter mais sucesso em sua prática pedagógica (JULIÃO; PIZA; MELLO, 2021).

Segundo Julião; Piza; Mello (2021), a recente versão final da Base Nacional Comum Curricular, publicada em 2017, também considera a sondagem como fator indispensável ao conhecimento do estado da arte. Uma das ações sintetizadas no documento para assegurar aprendizagens essenciais é a elaboração e a aplicação de atividades de sondagem que levem em consideração os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para o desenvolvimento de propostas didáticas que avancem os saberes dos estudantes.

Já no artigo *“Sondagem Escrita: Possibilidades De Pesquisa Na Sala De Aula”*, publicado na Revista Primeira Evolução (FREITAS, 2021) concebe as atividades de sondagem realizadas pelos professores uma tarefa escolar de caráter praticamente verificativo, intencionalmente realizada para se constatar, periodicamente, em qual nível está o domínio da lectoescrita das crianças no decorrer do ano letivo.

Segundo a autora (FREITAS, 2021), a sondagem identifica-se como uma atividade importante na proposição de políticas públicas condizentes, à medida que, acompanhando os registros dos alunos, torna-se possível construir iniciativas pedagógicas que potencializem todo o processo.

Interessa a autora observar que o ritual da sondagem acaba por assumir o lugar de verificação da hipótese de escrita dos seus alunos. Sendo assim, o estudante escreve uma sequência de palavras, um enunciado e o professor a categoriza em um nível de escrita. Assim sendo, as conclusões tiradas por esse profissional direciona-se a classificar os sujeitos em uma determinada hipótese de escrita (FREITAS, 2021).

Embora exista uma defesa feroz, em âmbito escolar, pelo processo de aprendizagem em detrimento do resultado final, a autora (FREITAS, 2021) afirma que é possível perceber que as atividades de sondagens têm uma tendência a servir de registros de avaliação do rendimento dos alunos, não exatamente como uma prática de acompanhamento do processo de aquisição da lectoescrita.

Em consulta ao *“Guia de Estudos para o Horário de Trabalho Coletivo”* (SÃO PAULO, 2006), encontra-se o mesmo esclarecimento advindo da obra de Ferreira e Teberosky (1999), segundo o qual o processo de aprendizagem não entende que o sujeito sabe apenas o que lhe é ensinado de forma escolar. Diz-se que o aluno é visto como um indivíduo que exerce papel ativo em sua aprendizagem. Ele pensa todo o tempo, questiona-se, relaciona informações.

Segundo o documento (SÃO PAULO, 2006), todos os profissionais alfabetizadores devem possuir um conhecimento pelo menos básico da obra de Ferreira e Teberosky (1999), posto que sem essa bagagem não é possível entender o que sabem e o que não sabem os estudantes. A partir de então, o professor torna-se capaz de conceber seus instrumentos de diagnose.

Além disso, o documento enfatiza que, para se obter informações um pouco mais confiáveis em relação aos conhecimentos dos alunos, é necessário que se faça entrevistas, tais quais aquelas propostas na obra de Ferreira e Teberosky (1999), e que estas sejam realizadas coletiva ou individualmente, por especialistas na área. Espera-se que o professor não tente adivinhar o que as crianças pensaram ao escreverem no papel, pois se assim ocorrer, todo o valor diagnóstico dos registros se perdem (SÃO PAULO, 2006).

Com base no artigo “Diagnóstico na alfabetização para conhecer a nova turma”, publicado na revista Nova Escola (MOÇO, 2009), o profissional

alfabetizador tem uma tarefa indiscutível: desvendar o que cada um dos sujeitos sabe sobre o sistema de escrita, durante a chamada sondagem inicial, a qual possibilita entender quais seriam as hipóteses sobre a língua escrita que os alunos trazem como bagagem e, através dessa ação, adequar o planejamento das futuras aulas, de acordo com as necessidades diagnosticadas. Segundo a autora, a sondagem permite a realização de um acompanhamento da evolução da habilidade de lectoescrita. Além disso, essa prática é um momento em que os sujeitos têm a possibilidade de pensar, com a ajuda do educador, sobre aquilo que foi escrito.

A autora (MOÇO, 2009) ainda afirma que Ferreiro e Teberosky (1999) observaram que, na tentativa de entender como funciona a escrita, os indivíduos elaboram teorias pessoais, divididas entre os níveis pré-silábico, silábico, a silábico-alfabético e alfabético. As conclusões a que o professor deve chegar, a partir do diagnóstico desses níveis entre os seus alunos, são imprescindíveis do ponto de vista pedagógico, pois podem revelar que as crianças já começaram a refletir sobre a lectoescrita antes de iniciarem suas vidas escolares, e que não dependem da autorização da escola para iniciar esse processo.

Discussão

A leitura completa da obra de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999) e dos outros sete materiais (artigos e documentos norteadores), cuja temática e proposta coincidem com os interesses de uma das autoras deste texto, sugerem a construção de uma educação escolar que volte seu olhar para as crianças como sendo seres de pouca idade, mas algum repertório.

Observa-se durante a obra de Ferreiro e Teberosky (1999), que a preocupação das autoras é demonstrar que os estudantes são indivíduos capazes de produzirem reflexões epilinguísticas e metalinguísticas sobre a linguagem, muito antes de serem escolarizados. Este fator não pode ser ignorado pelos professores alfabetizadores, posto que ao admitirem a existência de uma gramática interna, uma regularidade nos usos dos recursos linguísticos e uma intencionalidade comunicativa paralela à gramaticalização,

nas crianças, podem adotar uma postura mais analítica e iniciarem o trabalho de aquisição da lectoescrita partindo do que seus alunos já trazem.

A heterogeneidade nas salas de aula dos anos iniciais, muito mais do que uma discussão política, econômica, sociológica ou psicológica, é um fator que permeia intimamente a obra de Ferreiro e Teberosky (1999), assim como os artigos utilizados para compor esse texto. Nota-se uma preocupação acentuada, da parte das autoras, autores e pesquisadores aqui mencionados, que se existem profundas diferenças entre cada um dos estudantes de uma escola, é mais do que natural que seus professores sejam capazes de verificar o que cada criança traz consigo e, em seguida, produzir materiais e atividades que os façam avançar no processo de aquisição da lectoescrita.

Todos os artigos e documentos mencionados enfatizaram a relevância do conhecimento da obra *“Psicogênese da Língua Escrita”* (1999), por parte dos educadores do Ensino Fundamental I, uma vez que sem o conhecimento teórico do que se trata uma atividade de sondagem, todas as verificações realizadas pelos educadores nada mais seriam que registros burocráticos, isto porque, na obra, as autoras explicam os motivos pelos quais as crianças apresentam determinadas capacidades linguísticas e porque o livro (1999) é a sustentação teórica de todas as políticas públicas que exigem os procedimentos de sondagem.

Não é injusto pensar que exista a possibilidade de muitos professores alfabetizadores não conhecerem a prática de sondagem, tal qual Ferreiro e Teberosky (1999) a conceituaram, uma vez que muitos cursos de formação de pedagogos abordam muito mais a teoria de Piaget, do que a teoria psicogenética da linguagem. No lugar de compreender o que as crianças observam durante cada fase de seu desenvolvimento cognitivo e linguístico, muitos pedagogos recebem formação para aprender a usar os métodos de alfabetização e letramento, em detrimento do conhecimento psicolinguístico dos estudantes.

É importante também salientar, que a obra de Ferreiro e Teberosky (1999) não foi produzida com o caráter de apresentação de uma nova metodologia de alfabetização, mas sim como um trabalho científico, que

coletou dados e os analisou cientificamente, para entender a lógica linguística das crianças e explicá-la aos profissionais alfabetizadores.

É imperioso salientar que todos os artigos e documentos analisados e utilizados, através das bases de dados aqui mencionados, se propuseram a esmiuçar o conceito de sondagem, justificando seu uso no trabalho pedagógico, sem, contudo, referirem-se à obra (1999) e à metodologia empregada pelas autoras, como sendo as únicas estratégias possíveis para lograr êxito na alfabetização dos alunos. Os estudos aqui apresentados apenas se mostraram favoráveis à prática da sondagem, mas reconhecem em suas entrelinhas, as limitações da obra.

Existem, também, limitações orgânicas no seio das salas de aula. Há ausência de materiais, problemas de indisciplina e violência, as especificidades dos alunos deficientes e o atraso tecnológico, no ambiente escolar. Todos esses elementos desfavorecem que a sondagem seja realizada de uma forma eficiente e que seus resultados ditem os próximos passos dos educadores. Não é possível, no contexto social, político e econômico em que nos encontramos, desprezarmos a realidade tal como ela se encontra, e querer-se que essa heterogeneidade de situações conflitantes não impactem no labor pedagógico dos profissionais da educação.

Contudo, a sondagem ainda é uma das ferramentas elementares do discreto trabalho dos alfabetizadores e descartá-la não pode ser a solução para os problemas que envolvem o aprendizado dos estudantes. É possível, embora trabalhoso, realizar sondagens de qualidade e interferir no aprendizado da língua escrita através dos registros catalogados.

Considerações Finais

Este artigo propôs-se a visitar a obra *“Psicogênese da Língua Escrita”* (1999) e verificar, no campo acadêmico, as pesquisas relacionadas e a relevância da prática da sondagem no ambiente escolar, no ciclo de alfabetização. Suas contribuições têm como propósito situar a presença de temas tratados na obra nas pesquisas produzidas nas últimas décadas, bem como salientar a importância da prática da sondagem.

Naturalmente, existem muitas críticas ao processo de sondagem e a obra de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999), uma vez que ao se individualizar demais a análise dos processos cognitivos, cai-se na armadilha de não saber mais qual é o ponto de partida a seguir. No entanto, a leitura dessa obra, a compreensão do seu alcance no seio da sala de aula e o trabalho a partir do conhecimento trazido pelas autoras, pode ser um recurso a mais para se resolver o embrolho do fracasso escolar.

Assim sendo, oxalá esse artigo seja uma inspiração aos alfabetizadores, para ao menos buscarem na fonte o que é uma atividade de sondagem, lendo a obra e compreendendo o conceito dentro do espectro do livro, não por obrigação legal da profissão, mas por interesse em entender como cada um dos seus alunos se encontra e buscar por atividades que lhes corrijam os caminhos e os façam avançar na trilha do domínio das habilidades de leitura e escrita.

Referências

BORTONI-RICARDO, S. M. **Métodos de alfabetização e consciência fonológica: o tratamento de regras de variação e mudança**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 201-220, 1º sem. 2006. Acesso em: 15.set.2021. [Dialnet-MetodosDeAlfabetizacaoEConscienciaFonologica-6112275.pdf](http://www.scripita.com.br/revista/ver.php?id=6112275).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96)**. Diário Oficial da União. Brasília: nº 248, 23 de dezembro, 1996.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Acesso em 15.set.2021. www.onu-brasil.org.br

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução Beatriz Cardoso. 4. ed. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

FREITAS, M. S. **Sondagem Escrita: Possibilidades De Pesquisa Na Sala De Aula**. Revista Primeira Evolução. Ano II - Nº 12 - Janeiro de 2021. Acesso em: 15.set.2021. revistaguiafundamental.uol.com.br

JULIÃO, B. O.; PIZA, C. T.; MELLO, C. B. **Escala de sondagem do desenvolvimento neuropsicomotor e de habilidades acadêmicas para o Ensino Fundamental I: percepção de professores**. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 29 (112), Jul-Set, 2021. Acesso em: 15.set.2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802036>

MOÇO, A. **Diagnóstico na alfabetização para conhecer a nova turma.** NOVA ESCOLA 01 de Março, 2009. Acesso em: 15.set.2021.
acervo.novaescola.org.br

OLIVEIRA, R. S.; SILVA, C.; FREIRE, M. S. **Programa brasil alfabetizado: a percepção dos alfabetizadores dos testes cognitivos utilizados como método de avaliação.** IN: II CINTED – Congresso Internacional de Educação Inclusiva. Editora realize. Anais. 2016. Acesso em: 15.set.2021.
TRABALHO_EV060_MD1_SA14_ID176_01092016205731.pdf
[\(editorarealize.com.br\)](http://editorarealize.com.br)

RIOLFI, R. C; SCHULER, D.; BARZOTTO, V. H. **Comparação de Duas Experiências de Sondagens na Alfabetização: Brasil e Alemanha.** EDUCAÇÃO: Teoria e Prática - v. 20, n.34, jan.-jun.-2010, p. 133-150. Acesso em: 15.set.2021. [Vol.18 \(usp.br\)](http://Vol.18(usp.br))

ROJO, R. **Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando?** - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. (Coleção Explorando o Ensino ; v. 19). 2011. Acesso em: 15.set.2021.
2011_lingua_portuguesa_capa-with-cover-page-v2.pdf
 [\(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\).](http://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net)

SANTOS, C. R. **Alfabetização: algumas reflexões sobre o método fônico e o método construtivista.** IN: V CONED – Congresso Nacional de Educação. Editora realize. Anais. 2018. Acesso em: 15.set.2021.
TRABALHO_EV117_MD1_SA8_ID9512_05092018224759.pdf
 [\(editorarealize.com.br\)](http://editorarealize.com.br)

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Guia de Estudos para o Horário de Trabalho Coletivo.** São Paulo: SME/DOT, 2006. Acesso em: 15.set.2021. 16401.pdf (prefeitura.sp.gov.br)

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Documento orientador para a sondagem de Língua Portuguesa: Ciclo de Alfabetização: Ensino Fundamental.** São Paulo: SME/COPED, 2018. Acesso em: 15.set.2021. portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/51041.pdf

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** (1990). Acesso em: 15.set.2021.
 [\(dhnet.org.br\).](http://dhnet.org.br)